

## Votação unânime e massiva decreta...

# A greve continua!

No auditório da História, repleto de docentes, a votação foi unânime: a greve continua. A assembléia geral de 31/5 examinou os informes dos representantes das unidades e da direção da Adusp, discutiu o golpe dado pelo governador Geraldo Alckmin na receita do ICMS por meio do decreto 48.034 (**leia texto na página 4**), e decidiu manter a luta pelo reajuste na data-base, por uma política salarial e por mais verbas para a Educação. Os *campi* de Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba e Pirassununga deliberaram greve nas assembléias realizadas no mesmo dia.

A assembléia decidiu travar esta luta em duas frentes.

De um lado, pressionando o Governo do Estado e a Assembléia Legislativa para que façam as necessárias alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aumentando de 9,57% para 11,6% da cota-parte do ICMS o repasse às universidades públicas estaduais, e de 30% para 36% das receitas tributárias do Estado, a fatia destinada à Educação em todos os níveis (ver quadro com as emendas propostas pelo Fórum das Seis).



Daniel Garcia

### Unanimidade foi a tônica na Assembléia de 31/5

A pressão inclui nossa luta para reverter o Decreto 48.034 e a Lei Complementar 943/03, que instituiu o confisco adicional de 5% no salário dos servidores estaduais.

De outro lado, exigindo do Cruesp o atendimento de nossas reivindicações salariais, bem como que se some ao esforço para aprovação das emendas do Fórum das Seis e

para criação de uma CPI para investigar a corrupção, a sonegação fiscal e a renúncia fiscal no Estado de São Paulo, bem como os efeitos do Decreto nº 48.034 na receita da educação e dos municípios do Estado de São Paulo.

Para vencer esta batalha, será necessária enorme dose de energia. Somente nossa disposição e mobilização poderão

derrotar o descasodescaso do governo estadual com a educação e a universidade públicas.

### As emendas à LDO

1 Emenda substitutiva: mudança do caput do Artigo 4º da LDO em discussão na Assembléia Legislativa, mantendo-se os parágrafos 1º, 2º e 3º como estão, para a seguinte redação:

“Artigo 4º - Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2005, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de 11,6% (11 inteiros e 6 décimos por cento) da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota-Parte do Estado, no mês de referência.”

2 Emenda aditiva à LDO para o Exercício de 2005, garantindo, no mínimo, 2,1% do ICMS – Quota-Parte do Estado – para o Centro Paula Souza.

3 Emenda aditiva à LDO para o Exercício de 2005, garantindo, no mínimo, 36% da receita tributária do Estado de São Paulo para a educação em todos os níveis.

Todas estas emendas foram apresentadas. Só com a nossa pressão serão incorporadas ao texto da LDO !!!

## Assembléia Geral da Adusp

3ª feira, 8/6, às 14 horas, no Anfiteatro Abraão de Moraes, Instituto de Física

Pauta : 1) Avaliação da resposta dos Reitores

2) Continuidade do movimento

**COMPAREÇA!**

# A negociação com o Cruesp no dia 28/5

**M**ais de 2.000 manifestantes acompanharam as negociações com os Cruesp em Campinas. Entretanto, os Reitores mantiveram pela terceira vez o reajuste de 0% na data-base, muito embora o Fórum das Seis tenha reafirmado a rejeição unânime desta proposta por todas as assembleias de professores e funcionários.

Apresentamos aos Reitores um conjunto de propostas de política salarial que já tivemos na universidade, ou que são defendidas historicamente pelos trabalhadores, solicitando que indicassem qual compromisso estariam dispostos a assumir:

a) Reajuste mensal pelo ICV-Dieese

b) Reajuste mensal segundo a variação do ICMS ou a inflação, usando o menor dos índices.

c) Reajuste trimestral pelo ICV-Dieese.

d) Reajuste seguindo uma fórmula análoga àquela negociada em 2000, com atualização dos valores de arrecadação e da distribuição de percentuais.



Negociação de 28/5, na Reitoria da Unicamp

## Aumento na arrecadação

Os Reitores nos cobraram qual delas estaríamos reivindicando neste momento e o Fórum reafirmou sua posição, desde o ano passado, pela proposta (c) de reajustes trimestrais. Eles manifestaram então que isso não levava em conta o desempe-

no da arrecadação. Retrucamos que desde agosto do ano passado, a variação da arrecadação está superando a inflação e que, então, ela poderia ser tomada como referência. Em particular, apresentamos duas outras questões:

1) O ICMS estimado pelo governo no orçamento

do Estado para 2004 está 7,27% acima daquele arrecadado em 2003. Que parcela deste percentual virá para os salários?

2) Desde o final do ano passado e particularmente neste início de ano tem se delineado um aumento consistente na arrecadação, indicando que o ICMS deve-

rá superar aquilo que está no orçamento. Qual parcela deste crescimento virá para os salários?

O presidente do Cruesp afirmou ter tomado nota atentamente destas questões, e os Reitores ficaram de estudar uma contraproposta, cujos parâmetros serão discutidos em reunião técnica na 6ª feira, 4/6. Nova reunião de negociação com o Cruesp já está agendada para 2ª feira, 7/6/04.

Cobramos por fim dos Reitores que participem do movimento de pressão sobre o Executivo e o Legislativo, particularmente agora na LDO, para conseguirmos elevar o percentual de recursos destinado à educação pública no Estado, especialmente no que tange às universidades (vide p. 1).

Diante deste quadro, o Fórum das Seis, reunido após a negociação com o Cruesp, indicou a continuidade da greve e intensificação de nossas mobilizações junto à população, Assembleia Legislativa, governo do Estado e Reitorias.

## Ato em Campinas promove “enterro” dos Reitores

**C**erca de duas mil pessoas, entre alunos, funcionários e professores das três universidades estaduais paulistas, participaram do ato realizado em frente à Reitoria da Unicamp, onde aconteceu a terceira rodada de negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis, na sexta-feira, 28/5. Só da USP havia 16 ônibus provenientes do campus da capital, um de Piracicaba, um de Pirassununga, um de Ribeirão Preto e um de São Carlos.

A manifestação teve início às 13h30, com um enterro

simbólico dos reitores da USP, Unesp e Unicamp. Em seguida, as entidades representativas de cada categoria falaram sobre a importância da luta unificada para fortalecer o movimento e pressionar o Cruesp. Ressaltaram ainda a necessidade de se lutar contra a reforma universitária proposta pelo governo e de lutar na Assembleia Legislativa pelo aumento do repasse de 9,57% para 11,6% do ICMS às universidades.

A manifestação seguiu por mais meia hora após o início da reunião. Depois, os manifestantes dançaram ao

som de forró. Ao serem informados de que o Reitor da Unesp era o único ausente na reunião, os manifestantes vaiaram.

No mesmo dia, a Reitoria da Unicamp havia lacrado todos os banheiros do campus, impedindo as pessoas de utilizá-los. “O Reitor, achando-se o dono da Unicamp, mandou fechar os banheiros que nós, funcionários, tornamos de boa qualidade”, disse uma funcionária. Para contornar o problema, os manifestantes providenciaram algumas cabines de banheiros químicos, instaladas no local do ato.

## Calendário

**1º de junho, terça-feira:** audiência pública com o secretário estadual da Fazenda, na Assembleia Legislativa, às 14h30, para debater a LDO.

**2 de junho, quarta-feira:** às 12h, reunião do Conselho de Representantes (CR) da Adusp, aberta a todos os docentes. Às 15h, debate sobre o PIBIC no Aud. Norte do IF.

**3 de junho, quinta-feira:** está prevista uma passeata, que terá início às 12h no Masp, seguindo para a Assembleia Legislativa, para ato durante a audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, às 14h00.

**4 de junho, sexta-feira:** reunião técnica com o Cruesp, e na 2ª, 7/6, nova rodada de negociações.



# Pró-Reitoria de Pesquisa gera revolta ao criar sistema de classificação de docentes para concessão de bolsas PIBIC

**P**ara atender às novas normas de concessão de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), a Pró-Reitoria de Pesquisa da USP divulgou recentemente a criação, pelo Comitê Institucional, de um sistema de classificação de docentes, em que são privilegiados aqueles cujos cursos de pós-graduação receberam as melhores notas pela avaliação da Capes.

O novo sistema gerou indignação e revolta entre os

docentes da USP. A assembleia de 31/5 da Adusp aprovou, por aclamação, moção do Instituto de Geociências: “que não sejam implantadas na USP as recomendações do CNPq para distribuição de bolsas PIBIC”.

De acordo com o sistema, os docentes de programas avaliados pela Capes com notas 6 ou 7 recebem classificação “A” (prioritária); docentes de cursos com nota 5 recebem classificação “B”, e assim por diante. Aqueles que não ministram cursos de pós-graduação recebem classificação “E”.

Trata-se de um método injusto: além de vincular a posição dos docentes à nota geral do programa — por sinal, também esta duvidosa — concentra as bolsas nas mãos de poucos programas e orientadores, dando impulso ao perverso ciclo da “excelência”.

## “Indicadores de pesquisa”

Têm prioridade ainda, para receber bolsas PIBIC, os professores que apresentarem “indicadores de atividade de pesquisa”, ou seja, os que se enquadrarem nas seguintes situações: bolsista de produtividade em pesquisa do

CNPq, pesquisador principal de projeto temático ou “jovem pesquisador” da Fapesp, beneficiário de projeto 01 (recursos complementares para grupos de pesquisa) e/ou coordenador de Instituto do Milênio (programa de apoio à pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia).

Caso não se encaixe em nenhuma delas, considera-se que o docente não apresentou nenhum indicador de atividade de pesquisa, e portanto sua classificação é rebaixada para a categoria imediatamente inferior. Por exemplo, um professor cujo curso de pós-graduação te-

nhá recebido nota 4 pela Capes será classificado com a letra C. Mas se ele não tiver apresentado nenhum indicador de atividade de pesquisa, então sua classificação será rebaixada para a letra D, diminuindo a sua prioridade.

No dia 2/6, às 15 horas, haverá debate sobre as normas do PIBIC no Auditório Norte do Instituto de Física, para o qual foram convidados o presidente do CNPq e o Pró-Reitor de Pesquisa.

No dia 4/6 será realizada uma reunião da Pró-Reitoria de Pesquisa com todas as unidades. Espera-se que as normas sejam revistas.

## Estudantes promovem II Ciclo Cultura de Greve

**A**lunos da Escola de Comunicação e Artes (ECA) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP estão promovendo, desde o dia 20/5, o “II Ciclo Cultura de Greve - Greve é Formação”. O evento teve sua primeira edição realizada em 2003, durante a greve contra a privatização da Previdência. Este ano, o ciclo de palestras coincide com o movimento em favor de melhores salários e contra a privatização do ensino público. A proposta é promover discussões na universidade em caráter interdisciplinar pela universalização da cultura e das artes.

Com temas que vão desde espaço e urbanismo até cinema, as palestras acontecem semanalmente, na ECA. Entre os convidados destacam-se os professores France Vernier, da Universidade François Rabelais, Tours, que falará sobre “A modernidade segundo Baudelaire”; e Jean-Philippe Chimot, da Sorbonne, com a palestra “A

Comuna de Paris – Revolução sem imagens?”.

O diretor da ECA, professor Waldenir Caldas, havia proibido a fixação de cartazes com a programação do evento na unidade. Ele aceitou rever a censura apenas na reunião da Congregação, após muita insistência dos alunos.

### Confirma a programação:

• 03/06 – 18h

### Metrópole Contemporânea: Memória e Projeto

Palestrante: Abílio Guerra (professor FAU-PUC-Campinas; editor: Vitruvius e Romano-Guerra)

Local: Auditório Lupe Cotrim, prédio central da ECA, primeiro andar

• 16/06 – 14h

### A Modernidade segundo Baudelaire

Palestrante: France Vernier (Universidade François Rabelais, Tours)

Local: Auditório Lupe Cotrim, prédio central da ECA, primeiro andar

• 16/06 – 16h

### A Comuna de Paris, Revolução sem imagens? – a pro-

pósito do livro de Bertrand Tillier, *Politique et Représentations dans la France Républicaine (1871-1914)* (Éd. Champ Vallon, 2004)

Palestrante: Jean-Philippe Chimot (Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne)

Local: Auditório Lupe Cotrim, prédio central da ECA, primeiro andar

• 17/06 – 18h

### Espaço, América e Geografia

Palestrante: Paulo Mendes da Rocha (arquiteto e professor da FAU-USP)

Local: Auditório Lupe Cotrim, prédio central da ECA, primeiro andar

23/06 – 18h

### Além da Cena, o olhar do cinema moderno: 2 ou 3 coisas que eu sei dela (Jean-Luc Godard, 1966)

Palestrante: Ismail Xavier (professor da ECA-USP)

Local: Auditório Lupe Cotrim, prédio central da ECA, primeiro andar

Sessões de exibição de vídeo: a definir

## Caso Heber: Congregação da Poli recua e anula decisão anterior

**N**o dia 20/5, a Congregação da Escola Politécnica anulou a sua decisão de 25/3 de recontratar o professor Heber Ferreira Franco de Castro, desligado em abril de 2003 do Departamento de Engenharia Mecatrônica e Sistemas Mecânicos (PMR), vítima de um processo de perseguição. O professor Heber, que dá aulas na USP há 15 anos, era contratado por processo seletivo (“precário”).

A anulação foi motivada por recurso apresentado pelo ex-chefe do PMR, professor Paulo Miyagi, que, citando o artigo 254 do Regimento Geral da USP (que permite às partes interessadas recorrerem, no prazo de dez dias, das decisões dos órgãos executivos e colegiados da USP), alegou que o recurso interposto pelo professor Heber não havia sido apreciado pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Poli, e que portanto deveria retornar a este órgão.

Surpreendentemente, a Congregação decidiu acatar

o recurso do professor Miyagi, por 49 votos a favor, 25 contra e quatro abstenções. “Não houve nem discussão e foram direto para a votação”, disse o professor Heber sobre a reunião.

Assim, ficou suspensa a recontratação do professor, que já entrou com recurso contra a anulação. O primeiro argumento utilizado no documento é o de que o professor Paulo Miyagi não é parte interessada no processo, não podendo, conforme o próprio artigo 254, recorrer da decisão da Congregação — que, por sua vez, não poderia ter sequer acolhido esse recurso.

O professor Heber argumenta que, sendo a Congregação órgão hierarquicamente superior ao CTA, sua decisão é legítima, uma vez que a matéria seria necessariamente encaminhada à sua apreciação. Ele lembra que na reunião de 25/3 a Congregação foi consultada sobre remeter o recurso para apreciação no CTA, mas foi votado que a apreciação fosse feita naquela ocasião.

# CO aprova cursos para USP Zona Leste, mas congregações não chegaram a debater

O Conselho Universitário da USP (CO) realizou reunião extraordinária em 18/5, tendo como pauta a discussão e aprovação dos cursos propostos para a USP Zona Leste, bem como a aprovação de outros novos cursos/turmas da USP, para funcionar já em 2005.

Os cursos propostos e respectivas vagas foram:

1) Bacharelado em Lazer e Turismo: 120 vagas (60 vespertino/ 60 noturno);

2) Bacharelado em Tecnologia Musical : 80 vagas (40 vespertino/ 40 noturno);

3) Bacharelado em Mídias Digitais: 80 vagas (40 vespertino/ 40 noturno);

4) Bacharelado em Tecnologia Têxtil e da Indumentária: 80 vagas (só vespertino);

5) Bacharelado em Gestão Ambiental: 120 vagas (60 vespertino/ 60 noturno);

6) Bacharelado em Sistemas de Informação: 180 vagas (60 matutino/ 60 vespertino e 60 noturno);

7) Curso de Gestão em Políticas Públicas: 120 (60 diurno/ 60 noturno);

8) Bacharelado em Ciências da Atividade Física: 60 vagas (só vespertino);

9) Cursos de Marketing: 120 vagas (60 vespertino/ 60 noturno);

10) Graduação em Gerontologia: 60 vagas/ só vespertino;

11) Graduação em Obstetrícia: 60 vagas/ só vespertino;

12) Licenciatura em Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental: 120 vagas (60 vespertino/ 60 noturno)

**Total de vagas: 1.200**

## Debates acalorados

Os debates foram acalorados e deram-se em bom nível, polarizando-se em três aspectos principais: a) a urgência do pedido de aprovação do “pacote”, com pouco tempo para discussão com a comunidade interna e

externa; b) o funcionamento do campus através de unidade administrativa única; c) a implantação de Cielo Básico, em dois semestres, no qual os alunos deverão cursar “disciplinas gerais e específicas, além de participarem de atividades integradas e orientadas de pesquisa nas disciplinas: ‘Solução de Problemas’ e ‘Estudos Diversificados’.”

Com relação ao curto prazo dado para esta discussão e aprovação “em bloco”, é importante que se destaque que várias Congregações admitiram que nunca ou poucas vezes haviam discutido a questão. E em relação, particularmente, aos cursos propostos, não houve nem mesmo discussão “na base”.

Evidentemente, havia e há uma forte pressão da comunidade da Zona Leste para a mais rápida implantação dos cursos. Solicitou-se que o assunto fosse retirado de pauta e fosse concedido um pequeno prazo — de 15 dias a um mês, no máximo — para que Departamentos

e Congregações interessadas se manifestassem, tendo em vista que vários diretores de unidades se pronunciaram, confirmando que, apesar da importância do assunto, suas Congregações não haviam sido ouvidas e o material para o debate havia chegado às mãos dos conselheiros na sexta-feira, pela manhã, e a reunião do CO aconteceria na terça-feira seguinte.

## Prazo negado

Não houve jeito. A votação do “pacote” foi realizada. Não era posição das representações docente e discente ser contra a implantação dos cursos no novo campus, mas era evidente que, com quinze dias a mais, boas e procedentes sugestões poderiam ter sido incorporadas nas propostas dos cursos. Mas é importante se destacar que não houve nenhuma manifestação contra a implantação.

Um outro assunto polêmico foi a proposta de unidade administrativa única — unidade integrada. Não se tratava de discutir a conveniência ou não da adequação do atu-

al modelo de funcionamento da USP, mas, evidentemente, da “economia” de recursos humanos e financeiros desta modalidade organizacional. Perdeu-se a chance de se discutir e avaliar a conveniência dos modelos adotados.

## Ciclo Básico

Por último, discutiu-se a proposta de funcionamento na modalidade de Cielo Básico, pois ela consta do projeto, independente de qualquer avaliação sobre sua conveniência pedagógico-educacional.

Não há fundamentação ou “defesa” dessa proposta. Há a afirmação, somente, de que ela funcionará assim. Ficou evidente que a proposta de atividades integradas nas disciplinas “Solução de Problemas” e “Estudos Diversificados” ainda é uma vaga idéia do que pode ser uma interessante proposta.

## Concursos públicos

Foi aprovada, também, a criação de uma Comissão de Acompanhamento da

Implantação dos cursos no campus Zona Leste. Dúvidas, divergências e novas propostas poderão ser encaminhadas e discutidas com esta futura Comissão.

É importante destacar ainda que, questionado várias vezes, o Reitor afirmou que todos os cargos de professores e funcionários do novo campus — 60 professores, neste primeiro momento — serão preenchidos através de concursos públicos de títulos e provas.

Foi informado na sessão do CO que o custeio desse primeiro momento de implantação do novo campus (excluídos os recursos para investimentos, porque estes já existem em dotação especial) corresponde a 1,2% do orçamento da USP para 2005.

E mais, sem estes novos recursos financeiros “carimbados” para este fim, a serem liberados (já prometidos!) pelo Governador do Estado, a USP não implantará os cursos ali aprovados. A conferir...

## Golpe de Alckmin abala arrecadação do ICMS

*Decreto 48.034 cria isenção para compras feitas pelo Estado e derruba repasse para universidades*

Uma manobra do governador do Estado reduziu a arrecadação do ICMS e, “por tabela”, o repasse às universidades públicas estaduais e à Fapesp, que é sempre proporcional aos valores arrecadados.

O inciso III do artigo 1º do Decreto nº 48.034 do Governador do Estado (19/08/2003) estabelece nova redação para o artigo 55 do RICMS (Regulamento do ICMS, aprovado

pelo Decreto nº 45.490, de 30/11/2000), concedendo isenção desse imposto nas aquisições de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Direta, suas Fundações e Autarquias.

## Poder de compra

Face ao poder de compra do Estado de São Paulo, haverá perda de arrecadação do ICMS, que sacrificará ainda mais os investimentos nos serviços públicos

essenciais, como educação e saúde.

O Governo do Estado terá preservado ou até mesmo aumentado o seu poder de compra; no entanto, para as universidades e para a Fapesp, cuja receita fiscal depende da arrecadação do ICMS e têm poder de compra consideravelmente menor do que o do governo do Estado, haverá perda de receita.

## Municípios

No caso específico dos

municípios, essa medida é duplamente perversa: a) ela diminui o montante do ICMS arrecadado e, portanto, o repasse da quota-parte dos municípios (que é de 25%); b) fornece ao executivo uma influência decisiva no índice de participação de cada município no cálculo dos repasses do ICMS, pois este índice depende da diferença entre as compras e as vendas efetuadas pelos municípios.